

O ensino da escrita, da leitura, do cálculo e da doutrina religiosa nas escolas de primeiras letras da província de Goiás no século XIX

Sandra Elaine Aires de Abreu*

Resumo:

Analisando as fontes existentes e a produção historiográfica educacional goiana, estabeleceu-se como objetivo deste artigo analisar a atividade docente a partir das prescrições legais, bem como evidenciar as ações colocadas em prática pelos professores no exercício do magistério que não foram previstas de forma explícita pela legislação. O período delimitado para a pesquisa é o que ocorre entre 1835 e 1893. O processo de institucionalização da instrução primária esteve diretamente relacionado com a extensão da demanda social pela aquisição das habilidades de ler, escrever, contar e rezar.

Palavras-chave:

instrução primária; ensino da leitura; ensino da escrita; ensino do cálculo; ensino da doutrina religiosa.

* Doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e mestre em educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica).

The teaching of reading, calculus and religious doctrine in the schools of primary education of the province of Goiás in the 19th century

Sandra Elaine Aires de Abreu

Abstract:

Based on the analysis of existing sources and educational historiographic production in Goiás, the aim of this article is to analyse teaching practices from the standpoint of legal prescription and to emphasize the actions practised by teachers in their teaching activities which were not explicitly mentioned in the legislation. The research refers to the period from 1835 to 1893. The process of institutionalization of the primary education was straightly related to the social demand for the acquisition of the skills of reading, writing, counting, and praying.

Keywords:

primary education; reading instruction; teaching of calculus; teaching of religious doctrine.

Introdução

Com a lei n. 13, de 1835, o governo provincial definiu um conjunto de regras para a organização das escolas de primeiras letras em Goiás, dentre as quais destacamos o funcionamento das escolas, tempos e espaços escolares, os conteúdos curriculares, o modo de ensinar, avaliar e punir os discentes. O esforço visível para cumprir tal lei pode ser verificado no movimento de elaboração de vários regulamentos de instrução, resolução e atos com o objetivo de unificar a estrutura e o funcionamento da organização escolar na província.

Os regulamentos de instrução pública constituíram um “projeto” do governo provincial para as escolas de primeiras letras em Goiás. Eles regulavam a vida das e nas escolas, cuidando de minúcias relativas à estrutura, ao funcionamento e ao cotidiano escolar; o tipo de instrução a ser desenvolvida no interior da escola, e o modo de organizar, instruir, disciplinar e sancionar promoções de alunos.

O objetivo deste artigo é analisar a atividade docente a partir dessas prescrições legais, bem como evidenciar as ações colocadas em prática pelos professores¹ no exercício do magistério que não foram previstas de forma explícita pela legislação.

Para tanto privilegiamos como fonte para esta análise os relatórios dos presidentes da província e a legislação educacional. A análise dessas fontes exigiu algumas indagações, tais como: o que são os relatórios presidenciais? Como e por quem foram escritos? A que ou a quem se destinaram? No que se refere à legislação educacional indagamos: quem a produziu? Que papel cumpriu no processo de constituição da instrução pública? Que objetivos e finalidades estabeleceu? Que influência teve na

1. A análise da legislação educacional mostrou que características como idade, nacionalidade, fé religiosa, comprovada morigeração (boa conduta), saúde definiam o perfil daquele que poderia ingressar na carreira docente, ao mesmo tempo em que indicavam quem não poderia ingressar nessa carreira profissional. Com base nesse perfil pode-se dizer que, na província de Goiás, o professor seria mais um agente disseminador da mentalidade moralizante do que um difusor de conhecimento. A habilitação do professor não passava necessariamente pela formação em Escola Normal, mas pela aprovação em concurso ou nomeação.

materialização da prática pedagógica? Por que se decretaram apenas uma lei e vários regulamentos? O que se pretendeu instituir com a produção e o uso desses instrumentos legais? Essa legislação educacional pode ser considerada um “projeto” do governo provincial para a instrução pública em Goiás? A legislação produzida foi um modo de o Poder Executivo intervir na questão educacional? Essa intervenção do Poder Executivo expressa a tentativa de unificar os procedimentos dos professores e dos alunos? Havia a necessidade de unificação dos procedimentos no cotidiano escolar?

A utilização somente dos relatórios presidenciais e legislação não permitiu o entendimento e a compressão da constituição da instrução primária em Goiás no século XIX, por isso ampliamos as fontes de pesquisa. A progressiva regulamentação da instrução pública inaugurou uma série de registros manuscritos em livros de registros e uma profusão de papéis manuscritos avulsos. Assim, uma vasta documentação avulsa manuscrita, que englobava atestados emitidos pelos inspetores de ensino aos professores primários, recibos dos professores primários relativos aos pagamentos dos seus vencimentos, ofícios, mapas de aula, relatório de professor, termos de posse de juramento de professor, termos de exames de alunos entre outros, foi utilizada para a elaboração deste texto.

Os registros dos professores em seus mapas de aulas e os exercícios discentes foram fontes importantes, uma vez que os exercícios dos alunos e os mapas das aulas são dispositivos que mostram aquilo que eles aprenderam e como aprenderam ou fracassaram em ensinar.

Também incluímos relatos de ex-alunos que frequentaram as escolas de primeiras letras da província de Goiás nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, uma vez que consideramos a possibilidade de uma aparente perenidade das práticas escolares do período imperial durante a Primeira República.

O processo ensino-aprendizagem

O professor estabelece a disciplina na aula e cria um ambiente alfabetizador

A legislação educacional em Goiás, no século XIX, estabeleceu que fazia parte da prática pedagógica dos professores das escolas de primeiras letras manter a disciplina e a ordem durante a aula (Regulamento..., 1869; Regulamento..., 1887).

A disciplina era um dos grandes desafios dos professores das escolas de primeiras letras goianas porque eles ensinavam pelo método individual². Dessa forma enquanto dedicavam alguns minutos a um aluno, os outros ficavam ociosos, sem a vigilância do professor, o que ocasionava a indisciplina. Os alunos também se encontravam em diferentes estágios de adiantamento, dificultando ainda mais o trabalho do professor. Cabia ao docente criar os mecanismos para estabelecer a ordem e a disciplina na sala de aula.

Segundo Foucault (2004), a primeira grande operação da disciplina é criar “quadros vivos”, isto é, transformar multidões confusas em multiplicidades organizadas para impor uma ordem; para tanto, deve-se dividir e classificar os grupos, bem como criar e dividir os espaços. A criação e a divisão do espaço permitem a fixação e a circulação dos grupos, estabelecendo ligações operatórias e garantindo a obediência dos indivíduos. Na escola, ao determinar os lugares individuais, faz-se funcionar “[...] o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (p. 126).

A análise dos mapas de diversas aulas de instrução primária da província goiana permitiu-nos perceber que os professores das escolas de primeiras letras dividiam os alunos em grupos, segundo o nível de adiantamento de cada um na escrita, na leitura, no cálculo e na doutrina religiosa. Eles eram classificados segundo sua maior ou menor apli-

2. Na segunda metade do século XIX houve a intenção, do presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado, de adotar um novo método de ensino (o simultâneo) (Relatório..., 1855). Entretanto, não havia na província professores habilitados para aplicá-lo e as rendas provinciais também eram insuficientes para adquirir todos os utensílios exigidos para a adoção dessa metodologia (Relatório..., 1857). Nos relatórios dos presidentes da província que se seguem a partir de 1859, há referência à utilização do método do ensino individual na maioria das instituições de ensino primário da província, com exceção da escola masculina da capital da província, que ensinava pelo método simultâneo.

cação, inteligência e moralidade. Com essa operação, os professores transformavam as salas de aula em uma “multiplicidade organizada”; a aula passava a ser composta de várias classes. Várias classes de ensino de escrita, de leitura, de cálculo e de doutrina religiosa.

Observando o mapa da aula primária do arraial de Santa Maria, de 8 de abril de 1864, elaborado pelo professor vitalício Joaquim Antonio Cardoso, verificamos que havia 37 alunos na sua aula, que foram matriculados entre 1862 e 1863. Não houve nenhuma matrícula no ano de 1864, pelo menos até o mês de abril. Os alunos tinham idade entre 8 e 22 anos (Mapa da aula primária do arraial de Santa Maria..., 1864).

Os alunos foram divididos, classificados e agrupados de diversas formas. O critério utilizado pelo professor para a organização da aula era o conteúdo a ser desenvolvido e o conhecimento que cada aluno tinha em relação ao conteúdo previsto na legislação educacional, bem como a moralidade e a aplicação.

A classificação mais abrangente feita pelo professor em relação ao grupo de alunos foi a que se referia à moralidade do aluno. Classificou-os em dois grupos: os dos comportados e o dos inaplicáveis. Dois alunos do grupo dos comportados foram qualificados também como rudes³ (idem).

Quanto à divisão dos alunos, no que se refere ao ensino da leitura, da escrita, do cálculo e da doutrina religiosa, verificamos que, em relação ao ensino da leitura, os alunos foram divididos em quatro classes: a dos que sabiam ler (20 alunos); a dos que liam soletrando (sete alunos); a dos que liam nomes soletrados (cinco alunos); e a dos que liam sílabas (cinco alunos) (idem).

No que dizia respeito à divisão dos alunos, referente ao ensino da escrita, estes foram divididos em quatro classes: a dos que escreviam

3. Rude ou rudo é aquele que tem falta de saber (Pinto, 1832, p. 119); sem instrução, ignorante (Ferreira, 1988, p. 579). No contexto em questão, a palavra “rude” é aplicada ao aluno com dificuldade de aprendizagem, conforme estava expresso no art. 10 do Regulamento de 1835: “Se algum menino apparecer tão rude, que não deixe esperança de aprender, o Professor fará saber ao Delegado, para este dar ao Presidente da Provincia, que mandando proceder aos exames necessários, e circunstanciadamente informado, resolverá a tal respeito, como for justo”.

(16 alunos); a dos que escreviam o alfabeto (dez alunos); a dos que escreviam bastardo (nove alunos); e a dos que não sabiam escrever (dois alunos) (idem).

Em relação ao ensino das matemáticas, os alunos foram divididos em várias classes: a dos que sabiam diminuir (três alunos), somar (três alunos), dividir (nove alunos), multiplicar (seis alunos), contar até as proporções (um aluno), contar até (palavra ilegível) (dois alunos) (idem).

Por fim, no que se refere ao ensino religioso, não havia no mapa de aula do professor nenhuma anotação quanto ao ensino da doutrina cristã, apesar de o Regulamento de 1856, ainda vigente em 1864, estabelecer que na instrução primária se ensinaria catecismo, os dogmas fundamentais da religião e da doutrina cristã e as principais orações (idem).

Com base na análise do mapa geral da escola pública do sexo masculino da paróquia de Anicuns, de 30 de dezembro de 1864, regida pelo professor interino Vicente Ferreira Ramos de Azevedo, verificamos que havia 29 alunos em sua aula, matriculados entre 1862 e 1864. Os alunos tinham idade entre 6 e 22 anos (Mapa geral da aula pública de Anicuns..., 1865).

Os alunos foram divididos, classificados e agrupados pelo professor de forma semelhante à utilizada pelo professor da escola de Santa Maria. O professor da escola de Anicuns classificou os alunos quanto à inteligência, à aplicação e à moralidade. No quesito inteligência, os alunos foram divididos em dois grupos: o dos que tinham inteligência (19 alunos) e os que tinham pouca inteligência (dez alunos); no aspecto aplicação, os alunos foram divididos em três grupos: os dos que eram aplicados (14 alunos), os que tinham pouca aplicação (14 alunos) e o dos que não eram aplicados (um aluno). No que se refere à moralidade, todos os alunos foram avaliados positivamente (idem).

Sobre o ensino de leitura, escrita, cálculo e doutrina religiosa, apenas um aluno foi classificado pelo professor de Anicuns em “estado completo”, ou seja, sabia ler, escrever, fazer as quatro operações de aritmética e dominava a doutrina religiosa. A respeito do ensino de leitura, Vicente Ferreira Ramos de Azevedo dividiu os em quatro classes: a dos que sabiam ler (12 alunos); a dos que liam sílabas (14 alunos); a dos que liam nomes (dois alunos) e a dos liam “sofrivelmente” (um aluno). No que

tange ao ensino da escrita os estudantes foram agrupados em três classes: a dos que escreviam “bem” (um aluno); a dos que escreviam “mal” (16 alunos) e a dos que escreviam “sofrivelmente” (seis alunos) (*idem*).

Em relação ao ensino das matemáticas, os alunos foram divididos pelo professor Vicente Ferreira em quatro classes: a dos que sabiam somar e diminuir (quatro alunos), somar (um aluno), a dos que sabiam três operações (seis alunos) e a dos que sabiam quatro operações (três alunos) (*idem*).

Por fim, quanto ao ensino religioso, o professor dividiu a sala em duas classes: as do que sabiam doutrina (dez alunos) e a dos que sabiam pouco sobre o assunto (dois alunos) (*idem*).

Além de dividir os alunos em classes, era necessário organizá-los no espaço escolar, isto é, definir o lugar que cada um ocuparia na sala de aula. Por isso, o professor tinha de distribuir e dividir o espaço com rigor para romper as comunicações “perigosas” (indisciplina) e criar um ambiente útil e propício à aprendizagem. Era prática entre os professores primários em Goiás separar as classes de alunos por bancos, ou seja, a cada nível de adiantamento havia um banco em determinado local da sala de aula onde os alunos deveriam posicionar-se. Dessa forma, o professor codificava o espaço escolar. Havia lugares determinados para os alunos de todas as classes, de modo que todos da mesma classe fossem colocados sempre no mesmo lugar.

O relato de um ex-aluno da escola pública de primeiras letras de Meiaponte descreve a organização do salão de aulas do mestre Joaquim⁴: “[...] à direita, o ‘banco dos burros’ e o ‘banquinho do pote’; o ‘banco da janela’; o ‘banco da cabeceira da mesa grande do centro’; à esquerda, o ‘banco dos adiantados’ e o ‘banco dos decuriões’” (Jayme, 1971, p. 226).

Apesar de os relatórios dos presidentes da província de Goiás indicarem a larga utilização do método de ensino individual nas escolas de primeiras letras goiana, o relato do ex-aluno demonstrou que havia também a utilização do método misto por algum professor.

4. Joaquim Propício de Pina, o Mestre Joaquim foi professor da escola de primeiras letras do sexo masculino de Meiaponte de 1896 a 1918

O inspetor paroquial⁵ João Francisco de Azevedo, do arraial de Campinas, ao visitar, em 14 de dezembro de 1867, a aula pública do arraial regida pelo professor Francisco de Paula Siqueira, para a realização do exame de suficiência dos alunos, relatou no termo de exame o seguinte: “[...] achemos a [escola] [...] afrequentada com 18 allumnos, epassando a examinalos segundo a *ordem dos bancos* achou-se que não so os do Abc como os outros que tão bem liam Syllabas, *athé o banco* onde existiam os quatro munitores [...]” (Termo de exame de alunos de aula pública..., 1867, grifos nossos).

Determinando os lugares individuais em sala de aula, o professor conseguia, assim, criar um ambiente pedagógico, adequado ao ensino, passando a ter controle sobre os alunos e sobre o processo de ensino-aprendizagem, além de conter a indisciplina.

O currículo das escolas de primeiras letras e o ensino da escrita, da leitura, do cálculo, da doutrina religiosa e de outros conteúdos

O currículo das escolas de primeiras letras goianas foi definido pelo governo provincial pela lei n. 13, de 1835, e depois alterado pelos regulamentos de instrução que se seguiram à lei, bem como resoluções e atos durante todo o século XIX. A organização curricular das escolas primárias estabelecia, entre outras coisas, a finalidade do ensino primário, os conteúdos a serem ministrados, a avaliação escolar, as punições discentes e o calendário escolar.

A finalidade do ensino ministrado nas escolas de primeiras letras era a educação literária, moral e religiosa das classes pobres (ato n. 26, de

5. Com a Reforma da Augusto Pereira da Cunha (regulamento de 1856) criou-se a Inspeção-Geral de Instrução Pública e estabeleceu que a inspeção escolar seria feita pelo presidente da província, pelo inspetor-geral de instrução pública e pelos inspetores paroquiais. O presidente da província tratava do assunto da instrução diretamente com o inspetor-geral e este com os inspetores paroquiais. Estes últimos mantinham contato direto com os professores e transmitiam ao inspetor-geral todas as informações inerentes ao trabalho docente. Somente na década de 1880 é que a legislação educacional colocou no ápice da hierarquia da inspeção escolar o inspetor-geral de Instrução Pública.

8 de janeiro 1862). Posteriormente, passou a ser o desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais das crianças (Regulamento de Instrução da Província de Goiás, 1884; Regulamento de Instrução da Província de Goiás, 1887). Para atingir tais finalidades, estabeleceu-se um currículo no qual vigoravam as primeiras letras, com forte teor religioso.

Apesar de o conteúdo curricular ter sofrido várias alterações ao longo do século XIX, com o acréscimo de disciplinas, o que observamos foi que, na prática, o conteúdo ministrado pelos professores resumiu-se ao ensino da leitura, escrita, das quatro operações aritméticas e da doutrina cristã. O registro dos professores nos mapas de aulas sobre o conteúdo ensinado aos alunos e os relatos dos presidentes da província e de ex-alunos das escolas de primeiras permitem-nos fazer tal afirmação.

Rosentina Sant'Anna e Silva, ex-aluna de mestra Inhola⁶, fez o seguinte relato: “Escola modestíssima, onde os alunos aprendiam a ler, escrever e contar e, treinados em cálculos mentais, dali saíam preparados, aptos para a vida prática ou para ingressarem no Liceu” (apud Brito, 1982, p. 105). José Rodrigues Jardim, por sua vez, afirmou: “[...] nestas Aulas se [ensinam] ler, escrever, as quatro operações de contas e a doutrina Christã” (Relatório..., 1835, p. 7).

Outro relato, do presidente da província, Francisco Januário da Gama Cerqueira, traz o seguinte comentário: “É limitadíssimo o ensino que se dá nas nossas escolas. Nellas, com poucas excepções, os meninos aprendem apenas a ler e escrever e a fazer as quatro operações fundamentais da Arithmetica, e, o que peor é, tudo isso muito mal quasi sempre” (Relatório..., 1858, p. 5).

Já o vice-presidente Francisco Ferreira dos Santos Azevedo criticava o currículo ministrado pelos professores, dizendo que eles ficavam em um nível tão elementar que os alunos saíam da escola sem ter nenhum conhecimento ou noção de seus deveres: “[...] presentemente nossos Mestres de Primeiras Letras nada mais fazem, do que ensinar a ler e escrever, de sorte que quando hum menino sahe da Escolla ignora os

6. Pacifica Josefina de Castro, Mestra Inhola, exerceu o magistério na cidade de Goiás entre 1869 e 1929.

conhecimentos os mais triviaes, e os seus próprios deveres [...]” (Relatório..., 1843, p. 8).

Outro administrador da província, Jose de Assiz Mascarenhas, também critica o conteúdo ministrado nas escolas primárias e sugere outros que deviam ser trabalhados pelos professores nas aulas: “[...] [o] que se costuma á dar nas escolas, ler, escrever, contar, doutrina Christã; demais alguma cousa se precisa, he necessario inspirar nos meninos os princípios de Moral, o amor ao trabalho, o horror a preguiça [...]” (Relatório..., 1845, p. 7).

Para José Vieira do Couto Magalhães, o currículo vivido/praticado nas escolas de primeiras letras em Goiás deixava a desejar em vários aspectos, entre eles, o fato de o professor não ministrar nas aulas todo o conteúdo prescrito pela legislação. Além do mais, na sua opinião, o pouco que se ministrava era ensinado de forma insatisfatória.

Vejamos as palavras do referido presidente da província:

A Instrucção Primaria comprehende actualmente a leitura e a escripta; as regras elementares d’arithmeticã; a theoria e pratica das quatro operações sobre números inteiros, frações ordinárias e decimaes, e proporções; os sistemas mais usados de pesos e medidas; a grammatica da lingua nacional; o cathelicismo [sic], explicações sobre os dogmas fundamentaes da Religião e doutrina christã, e as principaes orações. Consta para o sexo feminino das mesmas matérias com pequena alteração, devendo ainda as professoras ensinar as matérias indispensáveis a economia domestica.

De tudo isso infelizmente mal se ensina a ler, escrever e a pratica das quatro operações sobre números inteiros, e isto no decurso de quatro e mais annos [Relatório..., 1863, p. 5, grifos nossos].

Fulgêncio Firmino Simões sugeriu, por sua vez, que o conteúdo ministrado nas escolas de primeiras letras ultrapassasse o ensino da leitura, da escrita, do cálculo e da doutrina religiosa.

A escola não pode ser a casa em que a creança va conhecer materialmente as letras do alphabeto, ligar e decorar assyllabas.

É preciso substituir a creança-machina pela creança-gente.

A intelligencia é como o leão, que dorme; despertemol-a que ella desenvolverá suas forças e dominará o tempo e o espaço.

O mestre precisa conhecer as facultades intellectivas para despertal-as, isto é, precisa saber [Relatório..., 1888, p. 11].

A análise dos registros dos professores nos mapas das aulas e de alguns exercícios de alunos, em comparação com os conteúdos de ensino estabelecidos pela legislação educacional, confirma que, na prática, o ensino se limitou à escrita, à leitura, ao cálculo e à doutrina religiosa. Também analisamos a forma utilizada pelos professores para o ensino-aprendizagem desses conteúdos curriculares.

O ensino da escrita

O conteúdo do ensino da escrita nas escolas de primeiras letras estabelecido pela legislação educacional, no período entre 1835 e 1887, pode ser verificado no Quadro 1.

O Quadro 1 indica, portanto, que o conteúdo do ensino da escrita se resumiu ao ensino da gramática e da escrita da língua portuguesa.

O processo de ensino-aprendizagem da escrita nas escolas de primeiras letras em Goiás, no século XIX, incluía exercícios de desenho, caligrafia, e a cópia dos traslados. Segundo Roger Chartier, “[...] a cópia [é] o procedimento [...] situado no cerne do ensino dos mestres de escrita [...] grafadas à mão, as linhas de exemplos que seus alunos devem imitar [...]” (2002, p. 88). Verificamos esse procedimento no ensino da escrita nas escolas goianas oitocentistas.

Aos alunos que se iniciavam no aprendizado da escrita destinavam-se os exercícios de desenho, que consistiam em cobrir suavemente as letras traçadas a lápis pelo professor. O exercício era repetido várias vezes pelo aluno até que ele automatizasse a escrita das letras do alfabeto e de frases.

Aos alunos mais adiantados no ensino da escrita eram oferecidos os traslados. Assim como no desenho, o traslado era repetido várias vezes; só era modificado quando o aluno reproduzisse com perfeição o modelo fornecido.

Quadro 1 – Conteúdo do ensino da escrita nas escolas primárias masculinas e femininas em Goiás, entre 1835 e 1887

LEGISLAÇÃO	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	
Lei n. 13, de 1835	Escrever	Escrever, gramática da língua nacional	Escrever, ortografia e prosódia	
Resolução n. 14, de 1846	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS			
	Escrever, noções mais gerais da língua nacional			
Regulamento de 1856	ESCOLAS MASCULINAS FEMININAS			
	Escrita, gramática da língua nacional			
Regulamento de 1869	Escrita, gramática portuguesa			
Regulamento de 1884	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
	Escrita e noções de gramática		Escrita e noções de gramática	
Regulamento de 1886	ESCOLAS MASCULINAS FEMININAS			
	Elementar: escrever a língua portuguesa			
	Efetivas:			
	1ª Entrância: escrever a língua portuguesa			
	2ª Entrância: escrita da língua portuguesa e gramática			
Regulamento de 1887	3ª Entrância: gramática, escrita e composição da língua portuguesa			
	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
	Escrita corrente e noções de gramática	Escrita corrente e noções de gramática, gramática da língua nacional e análise gramatical e lógica	Escrita corrente e noções de gramática	Escrita corrente e noções de gramática, gramática da língua nacional e análise gramatical e lógica

Os modelos de traslados dados pelos professores aos alunos para que eles fizessem a cópia incluíam lições educativas com conteúdos de moral civil ou religiosa. Assim, além da prática de caligrafia, a cópia dos traslados inculcava nos alunos conhecimentos educativos “moralistas”.

Na falta de compêndios, os professores utilizavam cartas, recibos e atestados como modelos de traslados.

Concomitantemente ao aprendizado das letras do alfabeto, os alunos também aprendiam a escrever os números arábicos.

A documentação localizada permite dizer que os professores das escolas de primeiras letras ensinavam a escrever e a gramática da língua nacional. Mas os exercícios escolares só possibilitam descrever o processo de ensino-aprendizagem da escrita.

Na tentativa de descrever o processo de ensino-aprendizagem da escrita nas escolas de primeiras letras em Goiás, analisamos uma “coleção de escriptas” (exercícios escolares) dos alunos da escola de primeiras letras do sexo masculino do arraial de Corumbá, em 1841⁷, e da escola masculina de Porto Imperial, de 1868.

A “coleção de escriptas” permitiu identificar alguns procedimentos utilizados pelo professor para o ensino da escrita e também constatar que os alunos estavam em diferentes estágios de desenvolvimento na escrita.

Para efeito de análise, classificamos esses diferentes estágios de desenvolvimento na escrita em três grupos denominados de primeiro, segundo e terceiro níveis de escrita, referente aos exercícios da escola de Corumbá. Adotamos como critério para diferenciá-los o tipo de exercício feito pelo aluno; a forma como era preparado o papel almaço para a escrita, e o lugar no papel almaço, já preparado pelo professor, onde se escreviam as frases.

Nos exercícios analisados, o professor utilizou como modelo para a cópia e caligrafia as frases que se seguem:

7. A “coleção de escriptas” dos alunos da escola de primeiras letras do sexo masculino de Corumbá foi encontrada costurada (amarrada com um cordão) em um livro de registro da Igreja católica. As folhas estavam grudadas ou coladas umas às outras, formando uma espécie de “capa dura” para o livro de registros. Ao serem descoladas, descobriu-se que eram exercícios de alunos da escola primária de Corumbá. Essas informações foram obtidas no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, da Sociedade Goiana de Cultura, órgão da Universidade Católica de Goiás.

- Frase 1: “Quando não ha prudencia a honra e as riquezas são vantagens bem pouco seguras”.
- Frase 2: “Lenha verde mal se assende quem dorme muito pouco se aprende”.
- Frase 3: “Considera huma hora antes de fallar e um dia antes de prometter. Promessas aceleradas são comumente acompanhadas de arrependimento”.
- Frase 4: “Mais pode huma favoravel ventura do que um vigilante cuidado. Mais pode huma hora de felicidade do que um século de diligencia. Mais vence avidencia de um destino do que a força de um dicurço”.

O professor da escola de Corumbá preparava o papel almaço para que o aluno fizesse o treino da escrita, de acordo com o nível de desenvolvimento de cada discípulo.

Para os alunos do primeiro e do segundo níveis de adiantamento, o papel almaço era preparado da mesma forma, isto é, metade do papel almaço era dobrado em quatro partes. Nessas partes do papel, o professor traçava as pautas a lápis. Eram linhas retas paralelas com entrelinhas reservadas à escrita, de mais ou menos meio centímetro para as letras minúsculas e de um centímetro para as letras maiúsculas.

No primeiro nível de aprendizagem, o aluno fazia o debuxo das letras do alfabeto, dos números arábicos e de seu nome. Para o treino desse exercício, utilizava metade do papel almaço dobrado em quatro partes. Na “collecção de escriptas” dos alunos da escola do arraial de Corumbá, há exercícios de dois alunos no primeiro nível de desenvolvimento da escrita.

Os exercícios dos alunos consistiam no debuxo das letras do alfabeto e dos números arábicos, da seguinte forma: a b c d e f g h i l m n o p q r s t u v x z y 1 2 3 4 5 A B C D E F G H I L M N O P Q R S T U X Z Y 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10. A esses exercícios, seguia-se o nome do aluno. No alfabeto minúsculo não havia a letra j, e no alfabeto maiúsculo não havia a letra J nem a letra V.

A repetição era parte importante da aprendizagem da escrita. Verificamos que o aluno Miguel da Costa Abrantes repetiu o exercício quatro

vezes e João Fleury de Campos fez o mesmo exercício oito vezes.

No exercício feito pelo aluno João Fleury de Campos é possível verificar que, à medida que ele foi repetindo a tarefa, sua letra foi melhorando. Nos primeiros exercícios, a letra aparece trêmula e o aluno cobre o seu nome com muita dificuldade, pois, mesmo sendo um debuxo, não é possível compreender o seu segundo nome, “Fleury”. Depois de ser repetido várias vezes o mesmo exercício, o traço da letra vai ficando mais firme, e o aluno consegue escrever o nome de forma legível. Isso indica que os alunos que se estavam iniciando no processo de aprendizagem tinham mais facilidade em debuxar as letras do alfabeto separadamente e maior dificuldade em fazê-lo quando se tratava de uma palavra, pois a ligação de uma letra com outra era uma habilidade mais difícil para os alunos principiantes e requeria treino.

No segundo nível de aprendizagem o aluno fazia a cópia de frases. A análise dos exercícios dos alunos, nesse nível de aprendizagem da escrita, revelou que ele iniciava a cópia de frases quando já conseguia escrever as palavras de forma legível e com o traço firme, não sendo mais necessário fazer o debuxo. O exercício era repetido várias vezes até que o aluno reproduzisse com perfeição o traslado. O mesmo tipo de exercício era repetido pelos alunos durante alguns dias.

O exercício consistia na cópia de uma frase e encerrava-se escrevendo o local (da escola) e a data. Às vezes, era finalizado com a assinatura do aluno, como pode ser observado na transcrição do exercício que se segue:

Mais pode huma favoravel ventura do que um vigilante cuidado. Mais pode huma hora de felicidade do que um século dediligencia. Mais vence avidencia de um destino do que a força de um dicurço. Corumbá 8 de Junho de 1841.

De V. Discípulo Obde

João da Costa Abrantes [Coleção de escritas dos alunos..., 1841].

A frase “Quando não ha prudencia a honra e as riquezas são vantagens bem pouco seguras. Corumbá 14 de Junho de 1841. De V. S. Discípulo Obd° e Cr°” (idem) foi repetida pelo aluno cinco vezes (duas vezes no dia 8 de junho de 1841; duas vezes no dia 11 de junho e uma

vez no dia 14 de junho). No dia 14 de junho de 1841, o mesmo aluno passou a copiar a frase “Lenha verde mal se assende quem dorme muito pouco se aprende. Corumbá 14 de Junho de 1841. De V. S. Discípulo Obd^o” (idem).

Nos exercícios, aparece a cópia feita pelo aluno João da Costa Abrantes da seguinte frase: “Mais pode uma favoravel ventura, do que hum vigilante cuidado. Mais pode huma hora de felicidade do que um século Corumbá 5 de Junho de 1841. De V. S. Discípulo Obd^c. João da Costa” (idem). O exercício foi repetido duas vezes no dia 5 e duas vezes no dia 8 de junho de 1841.

Outro exercício traz a cópia do aluno João do Nascimento Evangelista da frase a seguir: “Quando não ha prudencia a honra e as riquezas são vantagens bem pouco seguras. Corumbá 7 de Maio de 1841. De V. S. Discípulo Obd^c e Cr^o” (idem). O exercício foi repetido seis vezes: uma vez no dia 7 de maio, duas vezes no dia 11, uma vez no dia 12, uma vez no dia 13 e uma vez no dia 20 de maio de 1841.

Também no material por nós consultado, encontramos o exercício do estudante Samuel Gonsalves de Araújo, que consistia na cópia da frase: “Mais pode huma favoravel ventura do que um vigilante cuidado. Corumbá 22 de março de 1841. Samuel Gonsalves” (idem). As cópias datam dos dias 15 e 22 de março de 1841. Esse aluno, ao que tudo indica, estava em um processo de transição do segundo para o terceiro nível de desenvolvimento da escrita, pois há exercícios dele tanto no segundo quanto no terceiro nível de escrita. No dia 22 de março, ele fez dois exercícios – um no papel preparado para o segundo nível e outro no papel preparado para o terceiro nível de escrita –, como se o professor estivesse indicando uma forma mais simples de escrever e outra mais elaborada.

O professor da aula do arraial do Corumbá utilizou as quatro frases mencionadas anteriormente como modelo no segundo nível de aprendizagem da escrita. Há vários exercícios, alguns com a assinatura do aluno e outros não. Como uma das habilidades que o aluno deveria adquirir com o exercício da cópia era reproduzir o talhe da letra que serviu de modelo, não é possível afirmar se os vários exercícios sem assinaturas eram do mesmo estudante ou de vários. No entanto, pode-se perceber que, nessa

fase, o aluno repetia várias vezes o mesmo exercício, isto é, a mesma frase. Depois que ele já conseguia reproduzir as frases com “perfeição”, passava ao terceiro nível de desenvolvimento da escrita. Para tal exercício, o professor utilizou as mesmas frases já empregadas no segundo nível de desenvolvimento da escrita. O que diferenciava o exercício do segundo nível para o terceiro é que, neste último, o exercício iniciava com o cabeçalho (identificando a aula), depois a frase, e encerrava com o local (da escola) e a data. Às vezes, o aluno assinava o nome.

Nesse nível de aprendizagem, usava-se a metade do papel almaço, dobrado ao meio, no qual o professor traçava a lápis uma linha vertical do lado esquerdo do papel para fazer a margem, delimitando onde o aluno deveria iniciar a escrita. No alto da folha, traçavam-se duas linhas retas paralelas, com entrelinhas de mais ou menos meio centímetro destinadas ao cabeçalho, onde se escrevia apenas o nome do local da escola. Abaixo da linha destinada ao cabeçalho, a mais ou menos uns cinco centímetros, eram traçadas linhas paralelas, com entrelinhas de aproximadamente meio centímetro e um centímetro e meio a dois centímetros de distância uma da outra, destinadas à cópia do traslado.

Em tal estágio de desenvolvimento da escrita, o aluno fazia o exercício de forma mais elaborada. As frases a serem copiadas tinham lugares definidos na folha de papel. Ao traçar as linhas e as margens no papel para o exercício da escrita, o professor codificava o espaço do papel a ser utilizado, estabelecia o lugar para o início da escrita (cabeçalho), meio (frases) e fim (local, data e assinatura do aluno). O aluno, nesse momento da escrita, já traçava a letra de forma legível e firme e conseguia reproduzir o modelo do traslado com perfeição.

O exercício que se segue foi escrito duas vezes na mesma folha um ao lado do outro. No exercício escrito do lado esquerdo da folha, logo abaixo do cabeçalho está escrito “Minha”; no exercício escrito no lado direito da folha, logo abaixo do cabeçalho está escrito “Julgo Iguazí”. Isso permite afirmar que um exercício foi escrito pelo professor para servir de modelo para o aluno. O outro foi a cópia feita pelo aluno, que reproduziu o traslado com perfeição, por isso, o professor fez a observação de que julgava iguais o modelo e a cópia.

Aula Pública do Arraial de Corumbá

Julgo Iguaiç

Mais pode huma favoravel ventura do que um vigilante cuidado. Mais pode huma hora de felicidade do que um século dediligencia. Mais vence avidencia de um

Corumbá 9 de Junho de 1841.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 [idem].

Há também o exercício realizado nos dias 19, 20 e 22 de maio de 1841, o que indica que foi repetido três vezes pelo mesmo aluno.

Aula Publica do Arraial de Corumbá

Considera huma hora antes de fallar e um dia antes de prometter. Promessas aceleradas são comumente acompanhadas de arrependimento. Corumbá 19 de Maio de 1841.

De V. S. Discípulo Obediente e Criado [idem].

Manuseando uma “coleção de escriptas” dos alunos da escola primária do sexo masculino de Porto Imperial, de 1868, regida pelo professor Olímpio Dias Furtado, verificamos que os exercícios foram realizados por alunos que já sabiam escrever perfeitamente. Esses trabalhos foram enviados ao inspetor-geral de Instrução Pública, em cumprimento à determinação presidencial de 18 de julho de 1866⁸.

8. O presidente da província, Ferreira França, sentindo a necessidade de ser informado de como os professores de primeiras letras cumpriam seus deveres e se os alunos estavam ou não tendo algum aproveitamento nas aulas, enviou ao inspetor-geral de Instrução Pública um ofício de 18 de julho de 1866, ordenando aos inspetores paroquiais que determinassem o seguinte aos professores: no início de cada mês, eles deveriam apresentar a relação dos alunos matriculados, mencionando o número de faltas que tiveram no mês e uma coleção de escrita dos alunos. Esses papéis deveriam ser enviados pelos professores aos inspetores paroquiais, por meio de um ofício dirigido ao inspetor-geral de Instrução informando de forma circunstanciada o estado de sua aula e o progresso de seus alunos. Os inspetores paroquiais cobriam o ofício

Os exercícios foram feitos em folha de papel almaço inteira, e o professor não traçou nenhuma linha para margem ou entrelinhas para escrita. O exercício era composto por cabeçalho, texto e assinatura do aluno. O aluno Francisco Dias Furtado (filho do professor) fez um texto maior, e o aluno José Rodrigues Pedreira um texto menor.

O exercício de José Rodrigues Pedreira é o que se segue:

Aula Publica 28 Janeiro de 1868

Hum menino he digno de compaixão quando não escuta os prudentes
conselho de seos Paes, enem quer seguir o exemplo das pessoas virtuozas.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22

ABCDEFGHIJKLMNQRSTU

D. VS Discípulo m^{to} Obd^e e Cr^o.

Joze Rodrigues Pedreira [Exercício do aluno José Rodrigues Pedreira..., 1867].

O exercício do aluno Francisco Dias Furtado é o seguinte:

Directoria das Rendas Provinciaes de Goyaz 23 de Julho 68

O Director Geral da Administração da Fazenda da Provincia de Goyaz ordena ao Snr Administrador da Recebedoria da Cidade de Porto Imperial que pague ao Professor da escola de ensino primário da povoação de Pedro Affonço Manoel Rodrigues da Silva Brasileiro os seos ordenados vensidos de 1o de Julho de 1865 em diante e também os que forem vencendo exigindo no acto detrás pagamentos e os respectivos recibos.

ABCDEFGHIJLMNOPQRSTU

Francisco Dias Furtado [Exercício do aluno Francisco Dias Furtado..., 1867].

do professor com outro de sua autoria, comunicando ao inspetor-geral o número de vezes que visitaram a escola e informando sobre o estado da escola e o modo como os professores estavam desempenhando o magistério (Relatório..., 1867).

A análise desses exercícios revela que os alunos estavam em um estágio de desenvolvimento da escrita acima do terceiro nível de escrita dos alunos de Corumbá, pois já não precisavam das margens delimitadoras traçadas pelo professor para saber onde iniciar a escrita no papel. Isso demonstra que já sabiam escrever, utilizando o papel adequadamente e respeitando a margem para o início da escrita, mesmo ela não estando indicada no papel.

O exercício do aluno Francisco Dias Furtado também comprova que, por falta de compêndios, os professores se utilizavam de cartas, recibos e atestados, entre outros, como material didático para servir de modelo aos alunos.

Quanto ao ensino da gramática, verificamos um registro concernente à matéria no mapa geral dos alunos da Escola Pública de Instrução Pública da Freguesia de São José do Duro, de 1869, regida pelo professor Joaquim Pereira de Sousa (Mapa geral..., 1869). Entretanto, não encontramos nenhum documento que permitisse analisar como o professor ensinava a gramática nas escolas de primeiras letras.

O ensino da leitura e outros conteúdos curriculares

O conteúdo do ensino da leitura nas escolas de primeiras letras estabelecido pela legislação educacional, no período entre 1835 e 1887, pode ser verificado no Quadro 2, que se segue:

Nas aulas de leitura, difundiam-se conhecimentos gerais e de formação cívico-religioso-moral. A leitura constituía-se de recitativos de provérbios e máximas. As autoridades educacionais introduziram nos programas das escolas de primeiras letras “conversação e leituras morais e exemplificação das virtudes comparativamente com os vícios”, visando levar o aluno a “pôr a moral em ação – pela observação individual dos caracteres, pela aplicação inteligente da disciplina escolar como meio educativo, pelo incessante apelo ao sentimento e juízo próprio do aluno, pelo desenvolvimento dos preceitos e supertições grosseiras e pelo ensinamento tirado dos fatos observados pelo próprio aluno” (decreto n. 26, de 23 de dezembro de 1893, Programa de Ensino da Reforma José Ignácio Xavier Brito, apud Silva, 1975, p. 152).

Quadro 2 – Conteúdo do ensino de leitura nas escolas primárias masculinas e femininas em Goiás, entre 1835 e 1887

LEGISLAÇÃO	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	
Lei n. 13, de 1835	Ler	Ler	Ler	
Resolução n. 14, de 1846	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS			
	Ler. Preferência para da leitura a Constituição do Império e da história do Brasil			
Regulamento de 1856	ESCOLAS MASCULINAS FEMININAS			
	Leitura			
Regulamento de 1869	Leitura			
Regulamento de 1884	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
	Leitura		Leitura	
Regulamento de 1886	ESCOLAS MASCULINAS FEMININAS			
	Elementar: ler			
	Efetivas:			
	1ª Entrância: ler			
	2ª Entrância: leitura			
	3ª Entrância: não faz nenhuma referência sobre o ensino da leitura			
Regulamento de 1887	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
	Leitura		Leitura	

O conteúdo de história e geografia do Brasil, previsto na legislação educacional e expresso no Quadro 2, não se consubstanciou na distribuição das disciplinas em divisões estanques, com livros específicos para cada ramo do conhecimento. Tais conteúdos estavam contidos nos livros de leitura, isto é, os livros de leitura traziam, na forma de lições dialogadas, noções de história, geografia do Brasil, ciências naturais, aritmética, civildade e instrução moral e cívica. Por isso, nos mapas das aulas públicas da instrução primária não há nenhuma anotação dos professores sobre tais conteúdos, tampouco sobre o conteúdo de deveres domésticos, economia doméstica e trabalhos de agulhas. No entanto, nos exames anuais, as alunas eram avaliadas em trabalhos de agulha.

Quadro 3 – Outros conteúdos do ensino das escolas primárias masculinas e femininas em Goiás, entre 1835 e 1887

LEGISLAÇÃO	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	
Lei n. 13, de 1835			Noções gerais dos deveres domésticos	
Regulamento de 1856	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
			Economia doméstica	
Regulamento de 1869			Trabalhos de agulhas	
Regulamento de 1884	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
		Noções de história e geografia do Brasil	Economia doméstica	Noções de história e geografia do Brasil, trabalhos de agulhas e economia doméstica
Regulamento de 1886	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	Elementar:		Elementar: trabalhos de agulha	
	Efetivas:		Efetivas:	
	1ª Entrância:		1ª Entrância: trabalhos de agulhas	
	2ª Entrância:		2ª Entrância: trabalhos de agulhas	
3ª Entrância: história do Brasil		3ª Entrância: história do Brasil e trabalhos de agulhas		
Regulamento de 1887	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
		História e geografia do Brasil, com especialidade na/ da província de Goiás	Trabalhos de agulhas	História e geografia do Brasil, com especialidade na/ da província de Goiás e trabalhos de agulha

Os professores das escolas de primeiras letras em Goiás, durante o século XIX, ensinavam a leitura pelo método sintético. Esse método

apresentava duas subdivisões: a soletração e a silabação. Pelo método de soletração, iniciava-se o estudo pelas letras do alfabeto, depois as sílabas e, em seguida, as palavras e finalmente as sentenças. Pelo método da silabação, começava-se pelo ensino das sílabas e, a partir daí, seguia-se o mesmo procedimento do método sintético por soletração (Silva, 1975; Carvalho, 1998).

Em Goiás, durante o período estudado (1835-1893), verificamos que os professores adotaram o método sintético por soletração. A análise de diversos mapas das aulas públicas de vários professores permite fazer essa afirmação, com certa margem de segurança, porque nesses mapas, no campo destinado ao registro do “grão de instrução do aluno na atualidade”, temos as seguintes anotações: “Lê alfabeto” ou “lê Abc”; “lê syllabas”, “lê cartas de nomes”, “lê soletrado”, “lê soffrivelmente”, “lê” e “lê bem”. Isso indica uma seqüência progressiva do ensino da leitura, primeiro do alfabeto, depois as sílabas e, em seguida, as cartas de nomes. Por fim, a leitura corrente das sentenças.

Nas escolas em Goiás, ensinava-se a leitura por meio de caracteres impressos e manuscritos. Para a leitura dos manuscritos, utilizavam-se cartas e “abc” também denominados de silabários, ou cartilhas manuscritas feitas pelos professores. Na falta de cartilha impressa, usavam-se cadernos e livros impressos em letras manuscritas. O objetivo da leitura de cartas escrita à mão era familiarizar o aluno com os diferentes tipos de letras. Pois, a pessoa que não soubesse ler diferentes tipos de letras era sem dúvida considerada uma pessoa de pouca leitura, que entrou para e escola e não aprendeu nada (Silva, 1975).

Silva (1975) preleciona como deveria ser o uso dos livros de leitura:

A leitura do Primeiro Livro vinha, logo a seguir, à da Carta de ABC, quando a criança se mostrasse apta nos exercícios de alfabetização. Do Primeiro, passava-se ao Segundo Livro, deste ao Terceiro e assim, sucessivamente, até o Quinto. Findo este, estaria terminado o curso primário, pois, até os primeiros decênios do século atual, [século XX] o rendimento escolar media-se pela capacitação na leitura, aquilatando-a pelo livro que o aluno estivesse lendo. Na transferência de um livro a outro, dispensavam-se, geralmente, as provas, exames ou quaisquer atribuição de notas. A opinião

do professor e o seu critério eram suficientes. Esta sistemática, somada ao valor que se atribuía aos exercícios de leitura, aplicada em relação ao nível cultural de alguém [p. 149].

Entretanto, os estudos sobre os usos de livros de leitura no século XIX demonstram que eram poucos os livros de leitura graduada, mais raros ainda os que atingiam o 5º livro.

O relato de Cora Coralina, sobre as aulas de leitura na escola de mestra Silvina⁹ na cidade de Goiás, menciona apenas o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto livro de leitura de Abílio Cezar Borges:

[...]

Lia alto lições de rotina:

O velho abecedário,
lição salteada.

Aprendia a soletrar.

Vinham depois:

Primeiro, segundo,
terceiro e quarto livros
do erudito pedagogo

Abílio Cezar Borges –

Barão de Macaúbas.

E as máximas sapientes

do Marquês de Marica [Coralina, 2003, pp. 61-62].

Na escola pública de Bomfim, regida pela professora Luiza Catarina Leal, havia apenas um livro: *História de Simão de Nantua*, que passava de aluno para aluno. Cada aluno lia um trecho das lições de Simão de Nantua, que diziam, por exemplo: “pedra que gira não ajunta musgo”; “só é verdadeiramente pobre quem deseja mais do que tem”; “a ociosidade e a

9. Silvina Ermalinda Xavier de Brito, mestra Silvina, foi nomeada professora da aula feminina de primeiras letras da capital da província em 1866 (*Correio Oficial de Goyaz*, 4 maio 1866). Segundo o relato de Cora Coralina no final do século XIX ela ainda exercia o magistério, uma vez que a poetisa nasceu em 1889, e provavelmente frequentou a escola de mestra Silvina na segunda metade dos anos 90 do século XIX.

preguiça são os males da saúde e da felicidade”; “o trabalho cura a miséria, e a economia impede que ela volte” (apud Silva, 1975, p. 152).

A análise dos mapas das escolas públicas da província de Goiás, durante todo o período imperial, possibilitou verificar que, apesar das alterações estabelecidas para o ensino da leitura, não houve uma ruptura na forma de organizar a sala de aula para esse ensino. Os professores, em diferentes momentos históricos e diferentes localidades da província, estabeleciam a mesma prática, ou seja, dividiam as aulas em várias classes, de acordo com os variados estágios de desenvolvimento da leitura dos alunos.

O mapa trimensal de 1o de fevereiro a 30 de abril de 1856, da Escola de Instrução Primária de 1o grau da vila de Traíras, regida pelo professor João Álvares da Silva, revela que dos 23 alunos matriculados um sabia o alfabeto; três as sílabas; sete alunos liam cartas de nomes; quatro alunos liam soletrado, e oito sabiam ler (Mapa trimestral..., 1856). Nessa aula, havia cinco classes de ensino de leitura.

O mapa geral dos alunos da escola pública do sexo masculino da paróquia de Anicuns, regida pelo professor interino Vicente Ferreira Ramos de Azevedo, datado de 30 de dezembro de 1864, revela que a aula era composta por 29 alunos e estes encontravam-se em diferentes estágios no desenvolvimento da leitura. Um aluno foi classificado em “estado completo”, ou seja, sabia ler, escrever, fazer as quatro operações de aritmética e dominava a doutrina cristã. Quatorze alunos liam sílabas, dois liam cartas de nomes, um lia “sofrivelmente” e onze alunos sabiam ler (Mapa geral da aula pública de Anicuns..., 1865). Pelo mapa mensal de setembro de 1885 dos alunos da aula pública da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra, município de Goiás, regida pelo professor interino Luiz Francisco Gonzaga, constata-se que, naquele ano, havia 11 alunos, dos quais um lia, seis liam cartilha, três liam cartas de nomes e um lia bem (Mapa mensal da aula pública..., set. 1885).

O ensino de aritmética

O Quadro 4 indica o conteúdo de aritmética estabelecido pela legislação educacional em Goiás, no período entre 1835 e 1887.

Quadro 4 – Conteúdo do ensino de aritmética nas escolas primárias masculinas e femininas em Goiás, entre 1835 e 1887

LEGISLAÇÃO	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS
	1º Grau	2º Grau	1º Grau
Lei n. 13, de 1835	Prática das quatro operações aritméticas	Aritmética até as proporções	Prática das quatro operações aritméticas
Resolução n.14, de 1846	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS		
	Quatro operações de aritmética, frações decimais, proporções		
Regulamento de 1856	ESCOLAS MASCULINAS FEMININAS		
	Regras elementares da aritmética, teoria e prática das quatro operações sobre os números inteiros, frações ordinárias e decimais e as proporções e os sistemas mais usuais de pesos e medidas		
Regulamento de 1869	Aritmética, compreendendo o sistema de pesos e medidas adotado no Império		
Regulamento de 1884	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS		ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS
	1º Grau		2º Grau
	Aritmética, operações de números inteiros, fracionários, sistemas decimais, sistema legal de pesos e medidas		Aritmética, operações de números inteiros, fracionários, sistemas decimais, sistema legal de pesos e medidas, aritmética até regra de três simples
Regulamento de 1886	ESCOLAS MASCULINAS FEMININAS		
	Elementar: tabuada, prática das quatro operações sobre números inteiros, pesos e medidas métricas		
	Efetivas:		
	1ª Entrância: tabuada, prática das quatro operações sobre números inteiros, decimais e fracionários e sistema métrico		
2ª Entrância: tabuada, prática das quatro operações sobre números inteiros, decimais e fracionários e complexos, regra de três e juros simples e sistema métrico			
3ª Entrância: aritmética e metrologia			
Regulamento de 1887	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS		ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS
	1º Grau		2º Grau
	Aritmética, teoria e prática até os decimais, sistema métrico decimal		Aritmética, teoria e prática até os decimais, sistema métrico decimal, aritmética teórica e prática até a regra de três simples

O passo inicial do ensino da aritmética era a aprendizagem isolada dos números, concomitantemente com os primeiros exercícios da escrita, como mostramos anteriormente. Após a aprendizagem dos números e da sua escrita, passava-se ao estudo da tabuada, que era cantada em coro; após esse estudo, seguia-se o ensino das quatro operações aritméticas. As operações aritméticas eram feitas nas lousas.

A aprendizagem da tabuada dava-se cantando em coro, como já dissemos, com o ritmo do canto acompanhado pelo movimento compassado das pernas. A sonoridade do canto da tabuada, na região de Santa Luzia, era para a tabuada de somar: “um e um dois; dois e dois quatro; três e três seis” (Silva, 1975, p. 169); para a tabuada de multiplicar: “três vez nada, nada; três vez um, três; três vez dois, seis; três vez três, nove, nos fora nada” (idem, *ibidem*). Na escola de Bomfim, o canto da tabuada tinha outro ritmo: “Tabuada de somar: um e um dois, um e dois três, um e três quatro” (idem, *ibidem*).

As aulas de aritmética eram marcadas pelo argumento¹⁰. As escolas de Goiás, de modo geral, destinavam os dias de quarta-feira e sábado para o argumento.

Segundo Cora Coralina (2003, pp. 62-63), na escola de mestra Silvina:

Não se usava quadro-negro.
As contas se faziam em pequenas lousas
Individuais
[...]
Tinha dia certo de argumento
[...]
Cantava-se em coro a velha tabuada.

10. “[...] Por *argumento* entendia-se o processo de verificação da aprendizagem do rendimento escolar, em geral. [...] o *argumento* [...] não era nada mais do que [...] sabatinas ou provas semanais de verificação da aprendizagem. A força total ou importância do argumento concentrava-se nas lições de tabuada que, tomadas em salteado, se aprendiam cantando em coro [...]” (Silva, 1975, p. 167, grifos no original).

Rosentina Sant'Anna e Silva relembra as aulas de aritmética na escola de mestra Inhola, relatando que:

A tabuada nos sábados, no segundo período das aulas, era cantada em coro em altas vozes. [...]

No horário da matemática, ouvia-se de longe a repetição em coro: 2 e 1 três, 2 e 2 quatro, 2 e 3 cinco, e, assim por diante, cantado por dezenas de crianças [apud Brito, 1982, pp. 105-108].

Na escola de mestre Joaquim, na cidade de Meiaponte, os dias de argumento seguiam a mesma sistemática das escolas anteriormente mencionadas: “Às quartas e sábados, argumento: ‘cinco vezes cinco?’ ‘oito vezes nove?’” (Jayme, 1971, p. 227).

Quanto ao ensino das quatro operações aritméticas, a documentação localizada indica que ele era ministrado em sala de aula, mas não apresenta indícios suficientes para descrever como os professores ensinavam essas operações.

O ensino de doutrina religiosa

O Quadro 5 apresenta o conteúdo de doutrina religiosa estabelecida pela legislação educacional em Goiás, no período entre 1835 e 1887.

O ensino religioso englobava a doutrina cristã, noções gerais dos deveres morais e religiosos e catecismo. Nos mapas das aulas, os professores registravam apenas se os alunos sabiam ou não doutrina religiosa e, às vezes, especificavam se os estudantes dominavam ou não o catecismo.

O presidente da província, Francisco Januário da Gama Cerqueira, em um relatório de 1858, critica a educação religiosa ministrada nas escolas primárias, dizendo: “Toda educação religiosa consiste no decórar, muitas vezes materialmente, um compendiosinho de Doutrina Christã” (Relatório..., 1858, p. 5).

Segundo Cora Coralina, na escola de mestra Silvina, no tempo em que foi aluna, o ensino de doutrina cristã era ministrado pelo frei Germano.

Quadro 5 – Conteúdo do ensino de doutrina religiosa nas escolas primárias masculinas e femininas em Goiás, entre 1835 e 1887

LEGISLAÇÃO	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	
Lei n. 13, de 1835	Doutrina cristã	Noções gerais dos deveres religiosos	Doutrina cristã, noções gerais dos deveres morais e religiosos	
Resolução n. 14, de 1846	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS			
	Princípios de moral cristã e doutrina da religião católica apostólica romana			
Regulamento de 1856	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS			
	Catecismo e explicações sobre os dogmas fundamentais da religião e doutrina cristã e as principais orações			
Regulamento de 1869	Doutrina cristã			
Regulamento de 1884	ESCOLAS MASCULINAS		ESCOLAS FEMININAS	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
	Instrução moral e religiosa			
Regulamento de 1886	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS			
	Elementar: catecismo			
	Efetivas:			
	1ª Entrância: catecismo			
	2ª Entrância: catecismo			
3ª Entrância: catecismo e história bíblica				
Regulamento de 1887	ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS		ESCOLAS MASCULINAS E FEMININAS	
	1º Grau		2º Grau	
	Educação religiosa e doutrina cristã		Educação religiosa e doutrina cristã, catecismo	

Um dia - inda me lembro: [Frei Germano]

Apareceu sem avisar

na escolinha [...]

da Mestra Silvina

[...]

Muito manso,

muito humilde,

se fazendo de pequenino,

propôs à Mestra
em dia certo da semana,
ensinar a doutrina
à meninada.

Cinquenta anos decorridos,
guardo na lembrança
sua figura austera,
[...]
E as lições aprendidas
do pequeno catecismo.
Como prêmio de aplicação
conservo daquele tempo,
recebido de suas mãos,
uma antiga História Sagrada
e uns santinhos que me têm valido
na aflição [2003, pp. 58-59].

Conforme o relato de Rosentina Sant'Anna e Silva, na escola de mestra Inhola, a instrução religiosa ficava a cargo de frei Germano. Este, durante as aulas, costumava perguntar às crianças se elas queriam ir para o céu ou para o inferno. Quando algum aluno mais ousado respondia que queria ir para o inferno, “[...] Frei Germano arregalava os grandes olhos e fazia um gesto de desaprovação [...]” (apud Brito, 1982, p. 106).

Mestra Inhola exigia dos alunos a prática dos deveres religiosos. Na aula, os estudantes rezavam todos os dias, no início e no fim do período escolar, e cantavam cânticos religiosos. “Todos sabiam de cor os deveres dos cristãos: os Dez Mandamentos da Lei de Deus, os dogmas da fé, os pecados mortais e os venais, os vícios capitais e muitas outras obrigações impostas pelo catolicismo” (Silva apud Brito, 1982, p. 106).

De acordo com Rosentina Sant'Anna e Silva (apud Brito, 1982, p. 106), mestra Inhola preparava a cada ano a primeira comunhão dos alunos em sua escola. Durante muitos anos, frei Germano foi quem celebrou a solenidade da primeira eucaristia dos alunos de mestra Inhola.

Na escola masculina de Meiaponte, regida pelo mestre Joaquim, o ensino da doutrina religiosa era ministrado todos os dias, nos final das aulas. O professor encerrava a aula com orações, segundo o relato de um ex-aluno da escola. “À saída das aulas, depois da oração (Bendito e louvado seja o SS. Sacramento etc...) [...]” (Jayme, 1971, p. 227).

Conclusão

Sabemos que há um espaço das ações autorizadas/prescritas institucionalmente e um espaço das ações investidas pelos docentes – as dinâmicas pessoais, o espaço de ação que cada docente se autoriza – que é definido pelos seus gestos, atitudes, palavras e registros produzidos de seus atos.

Os critérios das escolhas pedagógicas dizem respeito ao que cada docente avalia como satisfatório ou racionalmente realizável em sua classe ou sala de aula. É uma forma de selecionar os meios de ensinar mais eficazes e cômodos.

Nesses termos, esta pesquisa possibilitou-nos evidenciar algumas ações colocadas em prática pelos professores no exercício do magistério que não foram previstas de forma explícita pela legislação para o ensino da leitura, escrita, cálculo e doutrina religiosa.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos professores de primeiras letras da província de Goiás (falta de material didático, o que os obrigava a improvisar; ausência de formação para o magistério; baixos vencimentos; alunos pouco assíduos; prédios escolares inadequados, entre outros problemas) eles conseguiam manter a ordem e a disciplina em sala de aula e fazer com que seus alunos aprendessem a escrever, ler, calcular e adquirir noções de doutrina religiosa.

Referências bibliográficas

1. Livros, capítulos de livros e artigos

BRETAS, G. F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1991. (Col. Documentos Goianos, 21.)

BRITO, C. C. S. de. *A mulher, a história e Goiás*. 2. ed. Goiânia: s.ed., 1982.

CARVALHO, S. A. S. de. *O ensino da leitura e da escrita: o imaginário republicano (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo:UNESP, 2002.

CORALINA, C. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 21. ed. São Paulo: Global, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

JAYME, J. *Esboço histórico de Pirenópolis*. Ed. póstuma. Goiânia: Ed. da UFG, 1971.

PINTO, L. M. da S. *Diccionario da língua brasileira*. 1832. Ed. facsimilada. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura/Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/Centro de Cultura Goiana, 1996.

SILVA, N. R. de A. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1975.

2. Legislação

REGULAMENTO de Instrução da Província de Goiás, 1884. Ato n. 3.397, 9 abr. 1884. Arquivo Histórico Estadual de Goiânia. Caixa: Regulamentos.

REGULAMENTO de Instrução da Província de Goiás, 1886. Ato, 2 abr. 1886. Arquivo Histórico Estadual de Goiânia. Caixa: Regulamentos.

REGULAMENTO de Instrução da Província de Goiás, 1887. Ato n. 4.148, 11 fev. 1887. Arquivo Histórico Estadual de Goiânia. Caixa: Regulamentos.

2.1. Livro da Lei Goyana de 1835 a 1860 e Collecção das Leis da Provincia de Goyaz de 1861 a 1888

Acto n. 26, 1862. Declara obrigatório o ensino de instrução pública. *Collecção das Leis da Provincia de Goyaz*. Goyaz: Typographia Provincial, t. 28, 1863.

Lei n. 13, 1835. Primeira Lei Goiana de Instrução Pública. *Livro da Lei Goyana*. Meyponte: Typographia Provincial, t. 1, 1835.

Regulamento de Instrução Pública e Particular da Província de Goiás, 1869. *Collecção das Leis da Provincia de Goyaz*. 1869. Goyaz: Typographia Provincial. T. 35.

Resolução n. 14, 1846. Altera a lei n. 13 de 1835. *Livro da Lei Goyana*. Goyaz: Typographia Provincial, t. 12, 1846.

3. Relatórios

RELATÓRIO do presidente da província de Goiás, José Rodrigues Jardim. 1835. Apresentado à Assembleia Legislativa e Goyaz na Sessão ordinária de 1835. Meyaponte: Typographia Provincial, 1835. Disponível em: <<http://www.wcurl.uchicago.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

RELATÓRIO do vice-presidente da província de Goiás, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. Discurso com que o Vice-Presidente da Província de Goyaz fez a abertura da 1ª Sessão ordinária da 5ª legislatura da Assembleia Provincial em 1843. Goyaz: Typographia Provincial. Disponível em: <<http://www.wcurl.uchicago.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

RELATÓRIO do presidente da província de Goiás, Jose de Assiz Mascarenhas. 1845. Apresentado á Assembleia Legislativa de Goyaz na Sessão Ordinária de 1845. Typographia Provincial de Goyaz. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana. *Relatórios dos governos à Província de Goyaz de 1845-1849*: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. Goiânia: Ed. da UCG, 1996. (Col. Memórias Goianas, 4.)

RELATÓRIO do presidente da província de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira, 1857.

RELATÓRIO do presidente da província de Goiás, Francisco Januário da Gama Cerqueira. 1858. Apresentado á Assembleia Legislativa de Goyaz na Sessão Ordinária de 1858. Typographia Goyazense. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana. *Relatórios dos governos da Província de Goyaz de 1856-1859*: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. Goiânia: Ed. da UCG, 1997. (Col. Memórias Goianas, 7.)

RELATÓRIO do presidente da província de Goiás, Jose Vieira Couto de Magalhães. 1864. Apresentado á Assembleia Legislativa de Goyaz na entrega da Presidência da mesma a João Bonifácio Gomes de Siqueira. Goyaz: Typographia Provincial. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana. *Relatórios dos governos à Província de Goyaz de 1864-1870*: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. Goiânia: Ed. da UCG, 1998. (Col. Memórias Goianas, 10.)

RELATÓRIO do presidente da província de Goiás, Augusto Ferreira França. 1867. Apresentado á Assembleia Legislativa de Goyaz na entrega da Presidência da mesma a João Bonifácio de Siqueira em 29 de abril de 1867. Goyaz: Typographia Provincial. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana. *Relatórios dos governos à Província de Goyaz de 1864-1870*: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. Goiânia: Ed. da UCG, 1998. (Col. Memórias Goianas, 10.)

RELATÓRIO do presidente da província de Goiás, Fulgêncio Firmino Simões. 1888. Apresentado à Assembléa Legislativa de Goyaz na entrega da Presidência da mesma ao 2o Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo. 1888. Goyaz: Typographia Provincial. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana. *Relatórios dos governos à Província de Goyaz de 1882-1889*: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. (Col. Memórias Goianas, 14.)

4. Documentos manuscritos

4.1. Documentos manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Estadual de Goiânia

Ano: 1856 – Caixa: 116

Mapa trimensal de 1o de fevereiro a 30 de abril de 1856, da escola pública de 1o grau, da vila de Traíras, regida pelo professor João Álvares da Silva.

Ano: 1864 – Caixa: 157

Mapa da aula primária do arraial da Santa Maria, regida pelo professor vitalício, Joaquim Antonio Cardoso, em 8 de abril de 1864.

Ano: 1865 – Caixa: 163

Mapa geral da aula pública de Anicuns, regida pelo professor, Vicente Ferreira Ramos de Azevedo, em 30 de dezembro de 1864.

Ano: 1867 – Caixa: 178

Exercício do aluno José Rodrigues Pedreira, da aula pública de Porto Imperial, regida pelo professor Olympio Dias Furtado.

Exercício do aluno Francisco Dias Furtado, da aula pública de Porto Imperial, regida pelo professor Olympio Dias Furtado.

Termo de exame de alunos da aula pública do arraial de Campinas, em 14 de dezembro de 1867.

Ano: 1869 – Caixa: 188

Mapa geral dos alunos da Escola Pública de Instrução Pública da Freguesia de São José do Duro, regida pelo professor Joaquim Pereira de Sousa, 1869.

Caixa: Município de Buenolândia/Barra: 1850-1891

Mapa mensal da aula pública da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra, do mês de abril de 1885.

Mapa mensal da aula pública da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra, do mês de março de 1885.

Mapa mensal da aula pública da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra, do mês de maio de 1885.

Mapa mensal da aula pública da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra, do mês de setembro de 1885.

4.2. Documento manuscrito avulso do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

Coleção de escritas dos alunos da aula pública de Corumbá, de 1841.

4.3. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Regulamento de Instrução Primária, 1856.

Endereço para correspondência:
Sandra Elaine Aires de Abreu
Rua Pedro Brás de Queirós, 60
Jundiá – Anápolis-GO
CEP 75110-780
E-mail: sandraeaa@ig.com.br

Recebido em: 26 jun. 2007

Aprovado em: 1 out. 2007